

O POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DO BRASIL NO NOVO ARRANJO GEOPOLÍTICO: BLOCOS PLURILATERAIS E A ASCENSÃO DAS ECONOMIAS EMERGENTES

Elzio Barbosa Rodrigues¹
Gustavo Tonon Lopes²

RESUMO: Este artigo analisa o papel estratégico do Brasil na reconfiguração das relações internacionais contemporâneas, caracterizada pela transição de uma ordem unipolar para uma multipolaridade complexa. O foco central reside na investigação de como o país se posiciona frente ao fenômeno do regionalismo e à consolidação de blocos plurilaterais, que desafiam as estruturas tradicionais de governança global. A pesquisa utiliza os conceitos de autonomia pela diversificação e *soft power* para avaliar as oportunidades derivadas da ascensão das economias emergentes, com ênfase no fortalecimento do bloco Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS+). Através de uma metodologia de revisão bibliográfica qualitativa e análise de Geoeconomia, o trabalho examina como o Brasil pode capitalizar suas vantagens comparativas em segurança alimentar e energética para negociar termos mais favoráveis em cadeias globais de valor. Os resultados preliminares sugerem que a inserção soberana do Brasil depende de uma diplomacia que equilibre o pragmatismo econômico com a liderança em fóruns de cooperação Sul-Sul. Conclui-se que o fortalecimento de parcerias com o Sul Global funciona como um mecanismo de mitigação de riscos diante da fragmentação geoeconômica atual.

1

Palavras-chave: Geopolítica. Brasil. Países Emergentes. Geoeconomia.

ABSTRACT: This article analyzes Brazil's strategic role in the reconfiguration of contemporary international relations, characterized by the transition from a unipolar order to a complex multipolarity. The focus lies on investigating how the country positions itself regarding the phenomenon of regionalism and the consolidation of plurilateral blocs. The research employs the concepts of autonomy through diversification and soft power to evaluate opportunities derived from the rise of emerging economies, emphasizing the BRICS+ bloc. Through a qualitative bibliographic review and geoeconomic analysis, the study examines how Brazil can capitalize on its comparative advantages in food and energy security to negotiate more favorable terms in global value chains. Preliminary results suggest that Brazil's sovereign integration depends on a diplomacy that balances economic pragmatism with leadership in South-South cooperation forums. It concludes that strengthening partnerships with the Global South acts as a risk mitigation mechanism in the face of current geoeconomic fragmentation.

Keywords: Geopolitics. Brazil. Emerging Countries. Geoeconomics.

¹Aluno da Faculdade de Tecnologia em Comércio Exterior /Zona Leste São Paulo – SP.

²Professor da Faculdade de Tecnologia/Zona Leste São Paulo-SP. Mestre em Integração da América Latina e Relações Internacionais/USP.

INTRODUÇÃO

A ordem internacional contemporânea vivencia um processo de transição sistêmica marcado pelo declínio relativo da hegemonia unipolar e pela consolidação de uma configuração multipolar mais complexa e descentralizada (HURRELL, 2007; STUENKEL, 2016). Nesse novo cenário, o poder internacional deixa de ser definido exclusivamente por capacidades militares e passa a ser crescentemente influenciado por variáveis geoeconômicas (NYE, 2004), tais como a inserção em cadeias globais de valor, domínio tecnológico, segurança energética e capacidade de articulação em redes de cooperação internacional.

Diante desse contexto, países emergentes assumem papel crescente na redefinição das estruturas de governança global, impulsionando arranjos plurilaterais mais flexíveis e menos hierárquicos (HURRELL, 2007). O Brasil, enquanto uma das principais economias do Sul Global, insere-se nesse movimento por meio da atuação em blocos e fóruns como Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e BRICS+ (SARAIVA, 2015), buscando ampliar sua autonomia estratégica e diversificar suas parcerias internacionais. Essa inserção está diretamente associada à lógica da multipolaridade emergente, na qual a capacidade de articulação em múltiplas frentes se torna um diferencial competitivo no sistema internacional.

Paralelamente, o Estado brasileiro dispõe de importantes ativos geoeconômicos que reforçam seu potencial de protagonismo global. Destacam-se, nesse sentido, sua posição como potência agroexportadora, fundamental para a segurança alimentar global (RICUPERO, 2017) e sua matriz energética relativamente limpa, com forte presença de fontes renováveis e crescente potencial no desenvolvimento de biocombustíveis e hidrogênio verde. Esses elementos posicionam o país de forma estratégica nas discussões internacionais sobre sustentabilidade, transição energética e desenvolvimento econômico.

Entretanto, a materialização desse potencial enfrenta limitações estruturais internas, especialmente no campo da infraestrutura e da logística. O chamado “Custo Brasil”, associado a gargalos logísticos, elevada dependência do transporte rodoviário e ineficiências institucionais, compromete a competitividade internacional e limita a capacidade de integração do país às cadeias globais de valor. Dessa forma, a articulação entre política externa, desenvolvimento econômico e investimentos em infraestrutura torna-se elemento central para a consolidação de uma estratégia nacional de inserção internacional.

Nesse cenário, instrumentos como a diplomacia presidencial e o uso de mecanismos financeiros alternativos, com destaque para o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), vinculado ao BRICS+, ganham relevância ao viabilizar investimentos estratégicos e ampliar a autonomia decisória do país. Conforme aponta a literatura especializada, a política externa brasileira tem historicamente buscado a chamada “autonomia pela diversificação”, entendida como a ampliação de parcerias e a recusa de alinhamentos automáticos às grandes potências (AMADO, 2020; SARAIVA, 2015).

Diante desse contexto, o presente trabalho busca responder ao seguinte problema de pesquisa: em que medida o Brasil tem conseguido converter sua atuação em arranjos plurilaterais e suas vantagens geoeconômicas em maior autonomia e protagonismo na ordem internacional em transição? A questão fundamenta-se na premissa de que a busca por autonomia na periferia do sistema internacional é condicionada pelas assimetrias estruturais de poder (GUIMARÃES, 2006).

A hipótese central deste estudo sustenta que., embora o Brasil possua ativos estratégicos relevantes, especialmente nos setores de alimentos, energia e articulação diplomática, sua capacidade de projeção internacional ainda é condicionada por limitações estruturais internas, sobretudo no campo logístico e de infraestrutura, bem como pela necessidade de consolidação de uma estratégia de longo prazo mais coerente e integrada. Esta hipótese dialoga com a perspectiva teórica de que o isolamento institucional e a debilidade interna mitigam os efeitos positivos da diversificação de parcerias (HURRELL, 2007).

O objetivo é analisar o posicionamento estratégico do Brasil na ordem internacional em transição, avaliando sua atuação em arranjos plurilaterais e sua capacidade de converter ativos geoeconômicos em maior autonomia e protagonismo global, sob o prisma analítico da autonomia pela diversificação (SARAIVA, 2015).

A TRANSIÇÃO PARA A MULTIPOLARIDADE: NOVOS PÓLOS DE PODER

A erosão da hegemonia unipolar, consolidada após o fim da Guerra Fria, tem dado lugar a uma progressiva redistribuição das capacidades materiais no sistema internacional, evidenciada tanto por indicadores econômicos quanto por rearranjos institucionais. Dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicam que, em termos de paridade de poder de compra (PPC), as economias emergentes já representam mais de 58% do produto interno bruto (PIB) global, com destaque para a China, que ultrapassou os Estados Unidos como maior economia

do mundo nessa métrica ainda na década de 2010 (IMF, 2023). Paralelamente, o crescimento médio das economias do Sul Global tem superado o das economias avançadas nas últimas duas décadas, consolidando um deslocamento estrutural do eixo econômico mundial (World Bank, 2022).

Nesse contexto, o fortalecimento do chamado Regionalismo Aberto, caracterizado por acordos comerciais flexíveis, com menor grau de classificação institucional e maior adaptabilidade, sinaliza uma mudança significativa na arquitetura do comércio internacional. Adicionalmente, observa-se a emergência de mecanismos alternativos de governança global liderados por países emergentes, como o NDB dos BRICS+ e o Arranjo Contingente de Reservas, que buscam reduzir a dependência das economias periféricas em relação ao sistema financeiro internacional dominado por potências ocidentais. Tais iniciativas refletem a tentativa de construção de maior autonomia estratégica por parte desses países, reforçando a ideia de uma ordem internacional mais fragmentada e policêntrica (STUENKEL, 2016).

Segundo Samuel Pinheiro Guimarães (2006), o sistema internacional permanece intrinsecamente hierárquico, no qual as assimetrias de poder limitam as possibilidades de ação dos Estados periféricos. Nesse sentido, a estratégia dos países emergentes tem sido a de ampliar seus espaços de soberania por meio da diversificação de parcerias, da atuação em coalizões multilaterais e da contestação parcial das normas estabelecidas pelas grandes potências. A ascensão do chamado Sul Global, portanto, não apenas reflete uma mudança quantitativa na distribuição de poder, mas também implica transformações qualitativas nas formas de governança e nas dinâmicas de cooperação internacional, configurando os contornos de uma ordem multipolar em consolidação.

O BRASIL E O REGIONALISMO PLURILATERAL

Em contraste com o multilateralismo universalista, tradicionalmente centrado em instituições globais como a OMC e o sistema de Bretton Woods, o regionalismo plurilateral tem se consolidado como uma estratégia mais flexível e pragmática de inserção internacional. Esse modelo permite que Estados atuem simultaneamente em múltiplos arranjos institucionais, combinando objetivos econômicos, políticos e estratégicos. No caso brasileiro, especialmente na última década, observa-se um esforço de revalorização desses mecanismos como instrumentos de ampliação de autonomia e diversificação de parcerias externas.

No âmbito regional, o Mercosul permanece como o principal eixo da integração econômica do Brasil, funcionando como uma união aduaneira que, apesar de limitações estruturais, ainda concentra parcela significativa do comércio intrarregional e constitui plataforma relevante para negociações externas conjuntas. Dados recentes indicam que cerca de 10% a 15% das exportações brasileiras têm como destino países do bloco, com forte presença de produtos manufaturados, o que reforça seu papel estratégico na agregação de valor industrial (MDIC, 2023). Paralelamente, a CELAC tem se afirmado como espaço privilegiado de concertação política regional, promovendo coordenação diplomática em temas como desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e governança global. Ao excluir potências extrarregionais, a CELAC fortalece a capacidade de articulação autônoma da América Latina e do Caribe no sistema internacional.

No plano inter-regional e global, o protagonismo brasileiro no BRICS+, evidenciado por sua recente expansão, foca em uma inserção voltada à reconfiguração da governança internacional. Entre 2016 e 2026, o NDB aprovou mais de US\$ 6 bilhões em projetos no Brasil, com ênfase em infraestrutura sustentável, energias renováveis e mobilidade urbana, contribuindo diretamente para o financiamento de setores estratégicos (NDB, 2024). A expansão do bloco em 2024, com a entrada de países como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Egito, ampliou significativamente o alcance geoeconômico do agrupamento, criando novos corredores de investimento, cooperação energética e integração financeira. Esse movimento reforça o papel do Brasil como articulador entre diferentes regiões do Sul Global, funcionando, conforme aponta Gelson Fonseca Jr. (2011), como um multiplicador de forças na governança global.

GEOECONOMIA E INSERÇÃO INTERNACIONAL

A inserção internacional do Brasil nas Cadeias Globais de Valor (CGV) está profundamente ancorada em sua capacidade de articular vantagens comparativas naturais com investimentos acumulados em ciência, tecnologia e inovação. Nesse contexto, os setores de alimentos e energia assumem papel estratégico não apenas como vetores de crescimento econômico, mas como ativos centrais de soberania nacional e instrumentos de projeção internacional, especialmente em um cenário global marcado por instabilidades geopolíticas e pressões sobre recursos essenciais.

No campo da segurança alimentar, o Brasil consolidou-se como um dos principais pilares do abastecimento global. Nas últimas duas décadas, a produção nacional de grãos mais que dobrou, enquanto a expansão da área cultivada ocorreu em ritmo significativamente inferior, evidenciando ganhos expressivos de produtividade. Esse desempenho está diretamente associado à atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cuja rede de centros de pesquisa especializados viabilizou a chamada “tropicalização” da agricultura, permitindo a adaptação de culturas a condições climáticas adversas e a incorporação de tecnologias sustentáveis. Como resultado, o Brasil tornou-se o maior exportador mundial de soja e um dos principais fornecedores de proteína animal, desempenhando papel relevante na mitigação da insegurança alimentar em diversas regiões do mundo. Conforme argumenta Rubens Ricupero (2017), essa capacidade produtiva, aliada à confiabilidade no fornecimento, configura um importante instrumento de *soft power*, ampliando a influência brasileira nas negociações internacionais.

No âmbito da segurança energética, o Brasil apresenta uma matriz diversificada e relativamente limpa em comparação aos padrões internacionais, o que reforça sua posição estratégica na transição energética global. A exploração das reservas do pré-sal, intensificada desde a década de 2010, ampliou significativamente a capacidade produtiva de petróleo e gás, garantindo maior autonomia energética e geração de receitas externas. Paralelamente, o país consolidou uma das maiores participações de fontes renováveis do mundo em sua matriz energética, com destaque para a hidroeletricidade, a biomassa e, mais recentemente, a expansão acelerada da energia eólica e solar. Nos últimos anos, observa-se uma reorientação estratégica voltada ao desenvolvimento do hidrogênio verde e ao fortalecimento de políticas como o *RenovaBio*, que incentiva a produção de biocombustíveis com menor intensidade de carbono.

Essa combinação de abundância de recursos naturais, capacidade tecnológica e políticas públicas direcionadas posiciona o Brasil como um ator relevante nas negociações internacionais sobre clima e energia. Ao estabelecer parcerias simultâneas com grandes polos econômicos, como União Europeia e China, o país busca inserir-se de forma competitiva nos novos mercados associados à descarbonização, ao mesmo tempo em que preserva sua autonomia decisória. Assim, a geoeconomia brasileira, estruturada em torno da segurança alimentar e energética, não apenas sustenta sua inserção nas CGV, mas também reforça seu protagonismo em uma ordem internacional cada vez mais orientada por disputas por recursos estratégicos e sustentabilidade.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A busca por maior autonomia na inserção internacional do Brasil está diretamente condicionada à superação de entraves estruturais históricos, especialmente no campo da infraestrutura e da logística. O chamado “Custo Brasil”, que engloba ineficiências tributárias, burocráticas e, sobretudo, logísticas, continua a comprometer a competitividade das exportações brasileiras, reduzindo margens, encarecendo o transporte e limitando a integração eficiente do país às Cadeias Globais de Valor (CGV). Nesse sentido, a superação desses gargalos não representa apenas um desafio doméstico, mas um requisito estratégico para o fortalecimento do posicionamento geoeconômico brasileiro.

No plano logístico, observa-se um esforço gradual de reequilíbrio da matriz de transportes, historicamente concentrada no modal rodoviário. Projetos estruturantes como a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrogrão buscam ampliar a participação do transporte ferroviário, reduzindo custos e aumentando a eficiência no escoamento da produção, especialmente do agronegócio do Centro-Oeste em direção aos portos de exportação. Paralelamente, a modernização portuária, com destaque para os complexos de Santos e Pecém, tem contribuído para ganhos de capacidade, eficiência operacional e atração de investimentos privados. Complementarmente, a política de incentivo à cabotagem, por meio do programa BR do Mar, visa integrar a extensa costa brasileira, diversificando modais e reduzindo a pressão sobre as rodovias.

Em uma dimensão regional, as chamadas Rotas de Integração Sul-Americana assumem papel estratégico ao promover a conexão física entre o território brasileiro e os portos do Pacífico, especialmente no Chile e no Peru. Essa articulação logística é fundamental para reduzir distâncias comerciais com o mercado asiático, principal destino das exportações brasileiras, além de reforçar a integração produtiva regional e consolidar o papel do Brasil como eixo articulador da infraestrutura sul-americana. Trata-se, portanto, de uma estratégia que combina ganhos econômicos com projeção geopolítica.

Por fim, no contexto de crescente rivalidade entre Estados Unidos e China, o Brasil enfrenta o desafio de preservar sua autonomia estratégica sem comprometer oportunidades econômicas. Nesse cenário, emerge a necessidade de um pragmatismo responsável na condução da política externa e econômica, baseado na diversificação de parcerias comerciais, financeiras e tecnológicas. Ao evitar alinhamentos automáticos e privilegiar uma inserção internacional flexível, o Brasil pode mitigar os riscos associados à fragmentação geoeconômica global, ao

mesmo tempo em que amplia seu espaço de manobra e maximiza os benefícios decorrentes de sua posição como fornecedor estratégico de alimentos, energia e recursos naturais.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidencia que o posicionamento estratégico do Brasil na ordem internacional em transição está intrinsecamente condicionado à sua capacidade de adaptação a um sistema cada vez mais multipolar, no qual o poder se distribui de forma mais difusa e é crescentemente mediado por instrumentos geoeconômicos. Nesse contexto, a inserção internacional brasileira não pode mais ser compreendida a partir de uma lógica unidimensional, mas sim como resultado da articulação entre múltiplos vetores, atuação em arranjos plurilaterais, mobilização de ativos produtivos estratégicos e superação de entraves estruturais internos.

No plano externo, a participação simultânea em mecanismos como Mercosul, CELAC e BRICS+ demonstra que o Brasil tem buscado operacionalizar a estratégia de “autonomia pela diversificação”, ampliando seu espaço de manobra em um ambiente internacional marcado pela intensificação da rivalidade entre grandes potências (SARAIVA, 2015). Esses arranjos, longe de serem redundantes, desempenham funções complementares: enquanto o Mercosul sustenta a dimensão econômica regional e a inserção industrial, a CELAC fortalece a concertação política latino-americana, e o BRICS+ projeta o país em uma esfera mais ampla de reconfiguração da governança global. Assim, o regionalismo plurilateral emerge como instrumento central de projeção de poder para Estados intermediários como o Brasil.

Paralelamente, no campo da geoeconomia, o país dispõe de vantagens comparativas e competitivas relevantes, particularmente nos setores de segurança alimentar e energética. A capacidade de produção agrícola em larga escala, impulsionada por avanços tecnológicos e institucionais, e a matriz energética diversificada e relativamente limpa posicionam o Brasil como ator estratégico em agendas globais centrais, como combate à insegurança alimentar e transição energética. Esses ativos, conforme discutido, transcendem sua dimensão econômica e assumem papel de instrumentos de influência internacional, convertendo-se em elementos de *soft power* e em bases para a ampliação do protagonismo brasileiro (RICUPERO, 2017).

Entretanto, a efetividade dessa estratégia encontra limites significativos no plano doméstico. Os gargalos logísticos e de infraestrutura, sintetizados no conceito de “Custo Brasil”, continuam a restringir a competitividade internacional e a plena integração do país às

Cadeias Globais de Valor. A persistente dependência do modal rodoviário, aliada à insuficiência de investimentos em ferrovias, portos e corredores de integração regional, evidencia que a consolidação de uma inserção internacional mais autônoma depende, necessariamente, de avanços estruturais internos. Nesse sentido, políticas voltadas à modernização logística e à integração sul-americana assumem caráter estratégico, não apenas econômico, mas também geopolítico.

Diante desse quadro, conclui-se que o Brasil possui condições objetivas para se afirmar como uma potência média ativa no sistema internacional, desde que consiga alinhar de forma coerente seus instrumentos de política externa, seus ativos geoeconômicos e suas políticas de desenvolvimento interno. O chamado pragmatismo responsável, entendido como a capacidade de manter relações diversificadas sem alinhamentos automáticos, revela-se, portanto, como elemento central para a navegação em um ambiente internacional mais competitivo e fragmentado.

Por fim, a transformação dos ativos produtivos brasileiros em capital diplomático e influência efetiva dependerá não apenas da continuidade de sua atuação em fóruns plurilaterais, mas também da superação de suas limitações estruturais e da consolidação de uma estratégia de longo prazo. Em um sistema internacional multipolar, a prosperidade e a soberania do Brasil estarão diretamente vinculadas à sua capacidade de integrar desenvolvimento interno e projeção externa, convertendo potencial em poder efetivo.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada consistiu em uma revisão bibliográfica baseada em artigos acadêmicos e literatura especializada. Foi realizada uma análise criteriosa do conteúdo selecionado, seguida pelo agrupamento e síntese das principais informações e conceitos teóricos, que fundamentaram a elaboração do presente artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Rodrigo de Souza. O Brasil e os novos paradigmas globais. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Comércio exterior brasileiro: estatísticas. Brasília: MDIC, 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira*. Brasília: Embrapa, 2018.

FONSECA JR., Gelson. *A legitimidade e outros temas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2011.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (IMF). *World Economic Outlook Database*. Washington, DC: International Monetary Fund, 2023.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios estratégicos do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2006.

HURRELL, Andrew. *On Global Order: Power, Values and the Constitution of International Society*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

NEW DEVELOPMENT BANK (NDB). *Project Portfolio and Annual Report*. Xangai: New Development Bank, 2024.

NYE JR., Joseph S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs, 2004.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar do Brasil no mundo*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2015.

10

SARAIVA, Miriam Gomes. *A opção por parceiros globais e a autonomia pela diversificação*. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 58, n. 2, p. 143-162, jul./dez. 2015.

STUENKEL, Oliver. *Post-Western World: how emerging powers are remaking global order*. Cambridge: Polity Press, 2016.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Trade and Development Report 2021*. Geneva: United Nations, 2021.

WORLD BANK. *Global Economic Prospects*. Washington, DC: World Bank, 2022.